



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

02/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

INSS divulga calendário de pagamentos para 2022

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) divulgou, nesta quarta-feira (19), o calendário anual de pagamentos de 2022 para mais de 36 milhões de beneficiários no país. Com a divulgação, aposentados, pensionistas e segurados que recebem outros benefícios do INSS podem saber as datas exatas em que os valores serão depositados na conta bancária indicada para receber a renda previdenciária. Quem recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos a partir de 65 anos e portadores de deficiência, também segue o novo calendário.

O calendário é dividido conforme o valor do benefício: o pagamento começa primeiro para aposentados e pensionistas que ganham o salário mínimo (R\$ 1.100, em 2021). No início de cada mês, o INSS passa a fazer as liberações para os segurados que têm renda acima do piso previdenciário.

O segurado deve verificar o número do benefício (NB), que tem 10 dígitos e aparece no seguinte formato: 999.999.999-9. É preciso considerar o penúltimo algarismo.

O segurado que usa o aplicativo Meu INSS ou o site meu.inss.gov.br também pode conferir as datas e os valores dos benefícios antes do pagamento, mas, para isso, é preciso cadastrar uma senha. O Meu INSS oferece ainda a opção para baixar o calendário completo, basta clicar em "Calendário de Pagamento", que aparece logo na página inicial. O acesso a essa informação não requer senha.

O calendário que está disponível no Meu INSS neste momento, porém, ainda é o que está em vigor, ou seja, o de 2021. Quem preferir pode baixar a imagem do calendário diretamente da seção do INSS no portal do governo, pelo endereço gov.br/inss, ou clicando aqui. Informações também podem ser obtidas pelo telefone 135, que atende de segunda a sábado, das 7h às 22h. Saiba mais em: **Folha de São Paulo, quinta-feira 02 de dezembro.**

Poder de compra do rendimento médio real retrocede quase uma década

Embora a população ocupada no país tenha aumentado no terceiro trimestre enquanto as taxas de desemprego e de subutilização melhoraram, os dados da PNAD Contínua, divulgados hoje pelo IBGE, mostram o rendimento médio real dos brasileiros assim como a massa salarial corroídos pela inflação.

“Tivemos boas notícias nas primeiras linhas, mas a abertura dos dados não sustenta o bom humor. A boa notícia é que a taxa de desemprego caiu mais uma vez saindo de 14,20% no trimestre anterior para 12,60% agora. Além disso tivemos aumento na população ocupada (4%) e queda na taxa de subutilização composta (-2%). No entanto ao observarmos os rendimentos e a massa salarial o mal estar se revela mais uma vez”, diz o economista-chefe da Necton, André Perfeito, no comentário “Entre o Real e o Nominal”.

O Rendimento Médio Real Habitual caiu 4% em relação ao trimestre anterior. “Para se ter uma ideia o poder de compra do rendimento médio real está no mesmo patamar de 2012, ou seja, retrocedeu o poder de compra ao que se consumia há quase uma década atrás”, afirma o economista no texto, acrescentando que o que chama mais atenção é o comportamento da massa salarial.

Segundo explica Perfeito em sua análise, a massa salarial pode ser entendida em “quanto dinheiro tem na mesa”, ou seja, o quanto de dinheiro tem em circulação para fazer a máquina econômica rodar. “Quando abrimos os dados reais (ajustados pela inflação) e os dados nominais (os valores correntes) fica evidente o tamanho da desaceleração”, afirma.

Enquanto a massa nominal subiu 8,83% em relação ao trimestre encerrado em igual período do ano passado a massa real teve queda de 0,75%. “A massa real praticamente não saiu do lugar desde o início da pandemia e apesar do desemprego ter caído a combinação de salários estagnados com inflação alta cria as bases para um crescimento tímido ao longo de 2021 e 2022 (vale notar que em 2021 o PIB deve avançar 4,8%, mas sobre uma base frágil)”, prevê.

Saiba mais em: **CNTI, quinta-feira 02 de dezembro.**

PIB do Brasil recua 0,1% no terceiro trimestre

A economia brasileira recuou 0,1% no terceiro trimestre de 2021, frente aos três meses imediatamente anteriores, apontam dados do PIB (Produto Interno Bruto).

O resultado foi divulgado nesta quinta-feira (2º) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A variação veio um pouco abaixo das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam estagnação (0%).

O desempenho ocorre em meio a um contexto de escalada da inflação, juros mais altos e fragilidades no mercado de trabalho, que dificultam a recuperação da atividade econômica.

Projeções sinalizam que o PIB brasileiro deve fechar o ano de 2021 com crescimento, associado em grande parte à base de comparação deprimida —em 2020, a pandemia causou queda histórica do indicador.

A questão é que, diante dos recentes sinais de fraqueza da economia, o cenário ficou mais complicado para 2022, ano de eleições, indicam analistas.

Segundo o boletim Focus, divulgado pelo BC (Banco Central), o mercado financeiro projeta avanço de 4,78% no PIB de 2021. A estimativa vem sendo revisada para baixo nas últimas semanas. Em 2022, a alta deve ser reduzida para 0,58%, conforme a publicação. Já há instituições financeiras que preveem queda no próximo ano.

A piora das expectativas econômicas vem no embalo da pressão inflacionária, que reduz o poder de compra dos consumidores, e do aumento das incertezas na área fiscal.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 02 de dezembro.

Com previsão de mais chuvas, governo limita ativação de usinas térmicas

Com início do período úmido e previsão de chuvas nos próximos meses, o governo decidiu limitar a geração de energia por usinas termelétricas e importação de energia a 15 mil megawatts médios (MWmédios) ao longo deste mês. Até então, por conta da grave escassez nos reservatórios, todas as usinas, até mesmo as mais caras, foram acionadas para atender a demanda e evitar falhas no serviço prestado à população.

A decisão foi tomada em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) nesta quarta-feira, 1º. O colegiado é vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME) e presidido pelo ministro Bento Albuquerque.

Em nota, o Comitê informou que a decisão "busca otimizar o custo total da operação de energia", já que a produção das térmicas é bem mais cara em relação à geração das hidrelétricas. Para bancar os custos dessa e outras medidas emergenciais, o governo criou a "bandeira escassez hídrica", que representa cobrança de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora (kWh), e prepara um empréstimo de cerca de R\$ 15 bilhões, que será diluído nas contas de luz.

A medida privilegia o uso dos recursos mais baratos, conforme necessidade, concomitantemente à esperada recuperação do armazenamento dos principais reservatórios do País ao longo da estação chuvosa em curso", informou o MME em nota.

Contudo, o órgão foi cauteloso em relação à situação. Considerando o início dos armazenamentos nos reservatórios das hidrelétricas, as restrições relativas aos usos múltiplos da água e as incertezas intrínsecas associadas à evolução chuva em 2022, a decisão foi manter medidas excepcionais para o atendimento à carga e garantia do fornecimento de energia no próximo ano. A aplicação das ações será reavaliada periodicamente.

De acordo com dados do ONS, com o período de chuvas e a melhoria das condições do solo, houve um aumento da quantidade de água que chega aos reservatórios, com destaque para os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Como resultado, foi possível dar continuidade para o preenchimento dos reservatórios de relevantes hidrelétricas, contribuindo para o armazenamento em todos os subsistemas, com exceção do Norte, em comparação com o final de outubro de 2021.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 02 de dezembro.